

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , de 2016

À COMISSÃO DE CULTURA

(DA SRA. DEPUTADA ÉRIKA KOKAY)

Solicita seja convocado o Sr. Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Sr. Geddel Vieira Lima, a fim de prestar esclarecimentos acerca do episódio que culminou no pedido de exoneração do ex-Ministro da Cultura (Marcelo Calero) supostamente motivado por pressões ilegais exercidas pelo Ministro da Secretaria de Governo.

Sr. Presidente da Comissão de Cultura:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que, ouvido a Comissão, sejam adotadas as providências necessárias à convocação do Exmo. Sr. Geddel Vieira Lima - Ministro de Estado da Secretaria Geral da Presidência, para comparecer a essa Comissão, a fim de prestar esclarecimentos a esta Casa sobre o episódio rumoroso que culminou na exoneração do ex-ministro da Cultura, para melhor esclarecimento dos fatos.

Justificação

No último dia 18 de novembro do ano em curso, a sociedade brasileira foi novamente surpreendida com o pedido de demissão repentino de mais um Ministro do governo do Presidente não eleito Michel Temer, mais precisamente do agora ex-ministro da Cultura Marcelo Calero.

A surpresa logo se transformou em estupefação, quando se tornou pública a motivação para o afastamento do ex-ministro. Com efeito, consoante este deixou expresso nas entrevistas que se seguiram logo após sua saída, bem como em longa conversa com a reportagem do Jornal “Folha de São Paulo”, a motivação única da sua demissão foram as sucessivas e constantes pressões ilegais, ímprobas e criminais perpetradas pelo Representado sobre sua pessoa, tudo de modo que o então Ministro da Cultura, “superasse” um parecer técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, para atender seus interesses pessoais (privados e econômicos), em detrimento do interesse público do Estado e da sociedade baiana e brasileira.

As notícias que vieram a público informam que o “ainda” Ministro Geddel Vieira Lima é um dos proprietários de uma das unidades do empreendimento imobiliário de alto padrão em Salvador (Ladeira da Barra – Edifício *Lá Vue*) e cuja expansão (construção de mais andares) havia sido liberada irregularmente pela Prefeitura de Salvador, com o aval da representação do Iphan da Bahia, mas suspensa por determinação do IPHAN Nacional.

As informações que se colhem na própria entrevista concedida pelo ex-ministro à “Folha de São Paulo” asseveram que o Representado tão logo assumiu o cargo de Ministro já passou a pressionar o Ministério da Cultura para a liberação da obra irregular, demonstrando que sua ida ao Governo Federal objetivou, em primeiro lugar, assegurar o êxito de seus projetos pessoais e econômicos, e somente naquilo que não interferir nesses desideratos imorais, promover, quando for possível, a defesa do interesse público.

Os dados trazidos à colação pelo ex-ministro afirmam que em pelos menos 05 ocasiões, nos últimos 05 meses, houve intensa pressão do Representado para que seus interesses privados e econômicos fossem privilegiados à revelia do interesse público, inclusive com ameaças de solicitar ao Presidente não eleito, que o demitisse (ex-ministro da Cultura), o que demonstra o nível do assaques que era feito em face da pessoa do ministro que saiu e, diga-se de passagem, demonstrando, num governo pequeno (não eleito), elevada grandeza.

Os fatos são públicos e notórios. Todo o País e, especialmente, o Estado da Bahia sabem do ocorrido e puderam testemunhar a forma como o Ministro Geddel Vieira Lima vinha privilegiando, nesse episódio, e quiçá em outros, seus interesses particulares em detrimento do interesse público da sociedade baiana e de toda a sociedade brasileira.

São fatos graves que demandam maiores aprofundamentos, de modo que cabe à Câmara dos Deputados, por suas Comissões, no exercício

da fiscalização do Poder Executivo, buscar os esclarecimentos necessários e, se for o caso, adotar as medidas legais necessárias.

Desta feita, para que não reste nenhuma mácula em todos os procedimentos noticiados pela imprensa, necessário se faz que as autoridades citadas esclareçam ao Congresso Nacional todos os fatos.

Sala das Comissões, em

Dep. Érika Kokay

PT - DF